

CADERNO DE ENCARGOS

1 – OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto o aluguer de geradores para os eventos, nomeadamente Noite Multicultural (Noite A), Comemorações do Feriado Municipal e Festival da Batata-doce de Aljezur, a realizar, no decorrer do presente ano, nas condições definidas no presente Caderno de Encargos.

2 – ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS A ALUGAR

A) Noite Multicultural (Noite A) / Feriado Municipal

Data do evento: 26 a 30 agosto de 2025

Quantidade	Designação	Local/Data entrega/recolha
2	Grupo Gerador Insonorizado 250kVA / 400V / 50Hz, ligação em sincronismo, inclui até 72 horas de funcionamento Abastecimento: com 100% do total do depósito	Local de entrega: Palco da Ribeira, junto ao Mercado Municipal
1	Conjunto de cabos elétricos com 10mt, para interligação dos grupos geradores em sincronismo	Local de entrega: Palco da Ribeira, junto ao Mercado Municipal
1	Conjunto de cabos elétricos com 25mt (POWER-LOCK'S), para saída de energia dos grupos geradores	Local de entrega: Palco da Ribeira, junto ao Mercado Municipal
1	Grupo Gerador Insonorizado 100kVA / 400V / 50Hz, inclui até 72 horas de funcionamento Abastecimento: com 100% do total do depósito	Local de entrega: Castelo
1	Serviço Técnico: montagem e desmontagem de ligações dos grupos geradores 250kVA	Montagem: 21.08.2025 Desmontagem: 04.09.2025
1	Licenciamento DGEG - JAR 2x250kVA	21.08.2025
1	Transporte de todos os equipamentos em camião grua	Entrega: 21.08.2025 Recolha: 04.09.2025

B) Festival da Batata-Doce de Aljezur

Data do evento: 28 a 30 de novembro de 2025

Qtd	Designação	Local/Data entrega/recolha
1	Grupo Gerador Insonorizado 250kVA / 400V / 50Hz, inclui até 88 horas de funcionamento Abastecimento: com 100% do total do depósito	Local de entrega: Espaço Multiusos de Aljezur
1	Grupo Gerador Insonorizado 100kVA / 400V / 50Hz, inclui até 88 horas de funcionamento Abastecimento: com 100% do total do depósito	Local de entrega: Espaço Multiusos de Aljezur
1	Serviço Técnico: montagem e desmontagem de ligações do grupo gerador 250kVA ao quadro inversor (não inclui cabos elétricos)	Montagem: 21.11.2025 Desmontagem: 03.12.2025

1	Licenciamento DGEG - JAR 250kVA	21.11.2025
1	Transporte de todos os equipamentos em camião grua	Entrega: 22.11.2024 Recolha: 03.12.2024

3 - OUTRAS INDICAÇÕES

- A proposta deverá obrigatoriamente apresentar preços unitários para a totalidade dos equipamentos/serviços;
- O Município em acordo com o adjudicatário poderá alterar a data e o local da entrega dos equipamentos;
- Os geradores serão devolvidos com 100% do total do depósito.

4 – PARÂMETRO BASE DO PREÇO CONTRATUAL

4.1. O preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pelo presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, é de **9.604,00€**, (nove mil seiscentos e quatro euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

4.2. O preço previsto no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4.3. O Contraente Público obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

5 – REVISÃO DE PREÇOS

O preço constante da proposta adjudicada não será revisto durante a vigência do contrato.

6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias, após a receção das respetivas faturas e confirmadas pelo gestor do contrato, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

6.2. Os pagamentos serão efetuados diretamente ao adjudicatário.

6.3. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Aljezur, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6.4. Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 01 de janeiro de 2023, a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal do contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP, com exceção das micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativamente às quais este prazo foi alargado para 01/01/2024, nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-lei 54/2023, de 14 de julho.

6.5. Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos fornecedores/prestadores do Município de Aljezur, informamos o contacto do parceiro tecnológico E-mail: fornecedores.saphety@saphety.com/helpdesk@saphety.com, telefone: +351 308 801 249 / +351 707 101 249, o qual dispõe de soluções que permitem o envio da fatura eletrónica, não obstante a existência de outras opções no mercado nacional.

7 – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

7.1. - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de execução do contrato, conforme as características técnicas, prazos de entrega e requisitos definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Obrigação de fornecer toda a documentação para efeitos de fiscalização ao município na data da entrega dos mesmos (elaboração de projetos; mediação com a DGEG, vistoria e licenciamento, declaração de conformidade da execução e termos de responsabilidade e declaração de qualidade e conformidade dos equipamentos);
- c) Verificação dos requisitos mínimos de segurança dos equipamentos, no âmbito do Decreto-Lei nº 50/2005 de 25 de fevereiro;
- d) Cumprimento dos requisitos legais em vigor e garantia da qualidade dos serviços/bens;
- e) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- f) São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a entidade adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
- g) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuado o aluguer, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.

7.2. - A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao aluguer, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

8 - CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

8.1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao Município os bens/serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

8.2. Os bens/serviços objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

8.3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

8.4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens/serviços objeto do contrato que existam no momento em que os bens/serviços lhe são entregues.

9 – REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

Para o presente procedimento não é exigível a redução a escrito, nos termos previstos no artigo 95º do CCP.

10 – GESTOR DO CONTRATO

A entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, devendo nestes termos, ser dado conhecimento ao gestor de contrato de todas as ações inerentes ao mesmo.

11 - PENALIDADES CONTRATUAIS

11.1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes do contrato, e por causa imputável ao adjudicatário, o Município pode exigir do prestador o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos seguintes:

- a) Pela não entrega dos documentos obrigatórios, aplicado uma penalização de 2,5% do valor global da adjudicação/evento.
- b) Pela não disponibilização dos equipamentos nas datas indicadas, aplicado uma penalização de 2,5% do valor global da adjudicação/evento.

12 – OBRIGAÇÕES DE SIGILO

12.1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Aljezur, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

12.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

12.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

13 - REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DE DADOS

O Prestador de Serviços compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual.

14 - SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

15 – DEVERES INFORMAÇÃO

15.1. - Cada uma das partes deve informar de imediato a co-contratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa fé.

15.2. - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

16 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

16.1. - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

16.2. - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

16.3. - Não constituem força maior, designadamente:

16.3.1 - Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

16.3.2 - Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

16.3.3 - Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

16.3.4 - Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

16.3.5 - Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário, não devidas a sabotagem;

16.3.6 - Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

16.4. - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo-se de igual modo informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

16.5. - Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

16.6. - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

17 - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

17.1.- São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização no presente procedimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

17.2. - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

18 - RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

18.1. - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

18.2. - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

19 - RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

19.1. - A verificação das situações previstas no n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos habilita o adjudicatário a resolver o Contrato quanto às obrigações de fornecimento e demais deveres associados quando a entidade adjudicante se encontre em incumprimento.

19.2. - O direito de resolução referido no número anterior, quando exercido por verificação de uma situação de incumprimento de obrigações pecuniárias da entidade adjudicante, pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, produzindo efeitos no prazo de 30 dias a contar da data da comunicação, salvo se a entidade notificada cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

20- CONDIÇÕES COMUNS

20.1. - A rescisão não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato.

20.2. - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

20.3. - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas.

21- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.

A P R O V A D O
No uso de competência delegada
pelo Presidente da Câmara
O Vereador da Câmara,